...continuação

2025, às 10h00. Três Tentos Agroindustrial S.A. Cristiano Machado Costa - Diretor Financeiro. **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.** Luis Eduardo Ferreira Rodrigues - Procurador. JUCISRS. Certificado registro sob o nº 11101664 em 12/06/2025 da Empresa TRES TENTOS AGROINDUSTRIAL S/A CNPJ 94813102000170 e protocolo 251892646 - 04/06/2025. Autenticação: 2E45D78FA1235B49AD2291214351D98DC7A40. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 09 DE JUNHO DE 2025.

Data, Hora e Local: Realizada no dia 09 de junho de 2025, às 14hr, de forma remota, por meio de sistema de videoconferência, conforme permitido pelo Artigo 18 do Estatuto Social da Três Tentos Agroindustrial S/A (“Companhia”). **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação prevista nos termos do Parágrafo Único do Artigo 14 do Estatuto Social da Companhia, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Mesa:** Sr. Luiz Osório Dumonceil - Presidente; e Sr. João Marcelo Dumonceil - Secretário. **Ordem do Dia:** (i) aprovar o aumento de capital, dentro do capital autorizado da Companhia, com a consequente emissão de novas ações ordinárias, sem valor nominal, em decorrência do exercício de opções de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia, pelos seus administradores e empregados, no âmbito do: (a) Primeiro Programa do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de março de 2021 (“Primeiro Programa”); e (ii) autorizar a diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários à execução das deliberações tomadas nesta reunião. **Deliberações:** Após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração da Companhia presentes aprovaram por unanimidade e sem quaisquer restrições, com a abstenção dos legalmente impedidos (conforme aplicável): (i) Aprovar o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, conforme estabelecido no Artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, no montante de total de R\$ 2.688.000,00 (dois milhões, seiscentos e oitenta e oito mil reais), por meio da emissão de 1.200.000 (um milhão e duzentas mil) novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, subscritas e integralizadas, nesta data, em moeda corrente nacional, pelos administradores e empregados da Companhia participantes do Primeiro Programa, em decorrência do exercício de opções de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia ao preço por ação de R\$2,24 (dois reais e vinte e quatro centavos). Em consequência da deliberação ora tomada, e após a verificação do boletim de subscrição firmado pelos participantes, homologar o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, que passa de R\$ 1.565.586.775,75 (um bilhão, quinhentos e sessenta e cinco milhões, quinhentos e oitenta e seis mil, setecentos e setenta e cinco reais e setenta e cinco centavos), dividido em 498.297.647 (quatrocentos e noventa e oito milhões, duzentas e noventa e sete mil, seiscentas e quarenta e sete) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, para R\$ 1.568.274.775,75 (um bilhão, quinhentos e sessenta e oito milhões, duzentos e setenta e quatro mil, setecentos e setenta e cinco reais e setenta e cinco centavos), dividido em 499.497.647 (quatrocentos e noventa e nove milhões, quatrocentas e noventa e sete mil, seiscentas e quarenta e sete) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. As novas ações farão jus ao recebimento integral de dividendos e demais proventos de qualquer natureza que a Companhia vier a declarar a partir da presente data, e a todos os demais benefícios que forem conferidos às demais ações ordinárias de emissão da Companhia a partir de então, em igualdade de condições com as demais ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos da Lei 6.404/76 e do Estatuto Social da Companhia. As ações são emitidas com a exclusão do direito de preferência, nos termos do parágrafo 3º do Artigo 171 da Lei 6.404/76. **Ad referendum** em assembleia geral da Companhia, a reforma do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, para refletir o novo capital social, que passará a vigorar com a seguinte nova redação: **“Artigo 5. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 1.568.274.775,75 (um bilhão, quinhentos e sessenta e oito milhões, duzentos e setenta e quatro mil, setecentos e setenta e cinco reais e setenta e cinco centavos), dividido em 499.497.647 (quatrocentos e noventa e nove milhões, quatrocentas e noventa e sete mil, seiscentas e quarenta e sete) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.”** (ii) Autorizar a diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários à execução das deliberações tomadas nesta reunião. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, a qual lida e achada conforme, foi aprovada e assinada pelos presentes. **Membros do Conselho de Administração:** Luiz Osório Dumonceil, João Marcelo Dumonceil, Ademair Schardong, Daniel Pires Carneiro, Jorge Luis Vargas Cardoso, Luciana Toderio Perin e Marina Salles Fusco Piccini. **A presente ata é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio da Companhia.** Santa Bárbara do Sul/RS, 09 de junho de 2025. **João Marcelo Dumonceil** - Secretário. JUCISRS. Certificado registro sob o nº 11111382 em 20/06/2025 da Empresa TRES TENTOS AGROINDUSTRIAL S/A CNPJ 94813102000170 e protocolo 252090748 - 12/06/2025. Autenticação: 4B2E74E894ADC112C808F56EA93385AE95DB5C. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 2025.

Data, Hora e Local: Realizada no 27 de junho de 2025, às 10:00 horas, de forma exclusivamente digital, nos termos do art. 124, §2º-A, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), do art. 5º, §2º, inciso I e art. 28, §§2º e 3º, da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM 81”), por meio da plataforma digital *TEV Meetings* (“Plataforma Digital”), devendo ser considerada realizada na sede social da Três Tentos Agroindustrial S/A (“Companhia”), localizada na cidade de Santa Bárbara do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Principal, nº 187, no Distrito Industrial, CEP 98240-000. **Convocação:** O edital de convocação foi publicado no Jornal do Comércio do Rio Grande do Sul nos dias 28, 29 e 30 de maio de 2025, páginas 03, 01 e 01, respectivamente, com divulgação simultânea na íntegra no website do mesmo jornal, conforme o disposto no art. 289 da Lei das Sociedades por Ações, bem como nos websites de relações com investidores da Companhia, da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”). **Quórum de Instalação e Presença:** Compareceram à presente assembleia geral extraordinária (“AGE” ou “Assembleia”), em primeira convocação, acionistas representando 82,93% (oitenta e dois inteiros e noventa e três centésimos por cento) do capital social votante e total da Companhia, conforme se verifica: (i) pelo registro de presença provido pela Plataforma Digital disponibilizada pela Companhia, nos termos da Resolução CVM 81; e (ii) pelo mapa de votação a distância consolidado elaborado com base nos boletins de voto a distância válidos recebidos por meio da Central Depositária da B3, do agente Escriturador das ações de emissão da Companhia, do agente de Custódia, caso este preste serviço de recebimento de boletim de voto a distância, ou diretamente pela Companhia, nos termos da Resolução CVM 81, podendo, portanto, a Assembleia ser instalada regularmente, em primeira convocação, nos termos do art. 135 da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, encontra-se presente, para os fins do disposto no art. 164 da Lei das Sociedades por Ações, a Sra. Márcia Beatriz Guerra Dalmas membro do Conselho Fiscal da Companhia. **Mesa:** Presidente - Luciana Toderio Perin; Secretário - Rodolfo Constantino de Tella. **Publicações:** As informações e documentos previstos na Resolução CVM 81 relacionados às matérias a serem deliberadas nesta Assembleia, assim como as demais informações e documentos relevantes para o exercício do direito de voto pelos acionistas foram disponibilizados aos acionistas na sede da Companhia, no site de RI (<https://ri.trentos.com.br/>), bem como no site da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br/>) e no site da B3 (<http://www.b3.com.br/>), com a antecedência determinada pela lei e pelas normas da CVM. **Ordem do Dia:** Deliberar e aprovar: (a) a alteração; (i) dos arts. 21 e 23 do Estatuto Social da Companhia, para a criação do cargo de Diretor Vice-Presidente Executivo e a definição de suas atribuições; (ii) do art. 2º do Estatuto Social da Companhia, para permitir que sejam abertas filiais da Companhia por decisão do Diretor Vice-Presidente Executivo; e (iii) dos arts. 26 e 27 do Estatuto Social da Companhia para alterar a forma de representação da Companhia perante terceiros, em razão da criação do cargo de Diretor Vice-Presidente Executivo; (b) a alteração do art. 3º do Estatuto Social da Companhia, para inclusão dos seguintes subitens ao objeto social: “(xi) aplicação de insumos com drones (0161-0/99); (xii) serviço de pulverização de lavouras (0161-0/09); (xiii) atividade de reflorestamento (0210-1/07); (xlii) atividade de reflorestamento (0210-1/07); (xliii) serviços de preparação de terreno, cultivo, colheita, plantio de mudas e lavouras (0161-0/03); e (xlv) atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários (7490-1/04)”; (c) a consolidação do Estatuto Social da Companhia, de modo a refletir as alterações propostas nos itens (a) e (b) acima. **Leitura dos Documentos:** Foi dispensada, pela unanimidade dos presentes, a leitura do mapa de votação sintético consolidando os votos proferidos por meio de boletim de voto a distância por já ser de conhecimento dos presentes, bem como dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas nesta Assembleia, uma vez que foram previamente disponibilizados e são de inteiro conhecimento dos acionistas. Em seguida, o Presidente da Mesa indagou se algum dos acionistas presentes à Assembleia havia apresentado voto por meio do boletim de voto a distância e se desejava manifestar seu voto presencialmente na presente Assembleia, para efeitos de se desconsiderar o voto a distância, na forma do art. 48, §5º, inciso I, da Resolução CVM 81, e não houve manifestação. **Deliberações:** Após verificação do quórum de instalação da Assembleia, autorizou-se a lavratura da presente ata na forma de sumário e a sua publicação com omissão das assinaturas dos acionistas, conforme faculta o artigo 130, §§ 1º e 2º, da Lei das Sociedades por Ações. Na sequência, após discutidas as matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas deliberaram o seguinte: (a) a aprovação, sem ressalvas e por maioria, conforme mapa de votação consolidado constante do **Anexo I** à presente ata, o qual, para todos os efeitos, deve ser considerado como parte integrante da presente ata, da alteração; (i) dos arts. 21 e 23 do Estatuto Social da Companhia, para a criação do cargo de Diretor Vice-Presidente Executivo e a definição de suas atribuições; (ii) do art. 2º do Estatuto Social da Companhia, para permitir que sejam abertas filiais da Companhia por decisão do Diretor Vice-Presidente Executivo; e (iii) dos arts. 26 e 27 do Estatuto Social da Companhia para alterar a forma de representação da Companhia perante terceiros, em razão da criação do cargo de Diretor Vice-Presidente Executivo. (b) a aprovação, sem ressalvas e por maioria, conforme mapa de votação consolidado constante do **Anexo I** à presente ata, da alteração do art. 3º do Estatuto Social da Companhia, para inclusão dos seguintes subitens ao objeto social: “(xi) aplicação de insumos com drones (0161-0/99); (xii) serviço de pulverização de lavouras (0161-0/01); (xlii) atividade de reflorestamento (0210-1/07); (xliii) serviços de preparação de terreno, cultivo, colheita, plantio de mudas e lavouras (0161-0/03); e (xlv) atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários (7490-1/04)”. (c) a aprovação, sem ressalvas e por maioria, conforme mapa de votação consolidado constante do **Anexo I** à presente ata, da consolidação do Estatuto Social considerando a aprovação dos itens (a) e (b) acima, o qual passará a vigorar na forma do **Anexo II** à presente ata. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Assembleia foi encerrada e lavrada a presente ata, que foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes, ficando autorizada a lavratura e registro da presente ata na forma sumária e a publicação com omissão das assinaturas dos acionistas, conforme facultam os §§ 1º e 2º do art. 130 da Lei das Sociedades por Ações. **Mesa:** Presidente - Luciana Toderio Perin; Secretário - Rodolfo Constantino Tella. **Acionistas:** Acionistas presentes: Representados por Anderson Carlos Koch: IT NOW IGCT FUNDO DE INDICE, ITAU SMALL CAP MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, IT NOW ISE FUNDO DE INDICE, ITAU QUANTAMENTAL GEMS MASTER AÇÕES FUNDO DE INVESTIMENTO, IT NOW SMALL CAPS FUNDO DE INDICE, WMM SMALL CAP FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, ITAU EXCELÊNCIA SOCIAL AÇÕES FUNDO DE INVESTIMENTO SUSTENTÁVEL, ITAU GOVERNANÇA CORPORATIVA AÇÕES FUNDO DE INVESTIMENTO SUSTENTÁVEL, PARTICIPAÇÕES SUSTENTÁVEL, FAMIA FIFE ICATU PREVIDEN CÍRIO FUNDO DE INVESTIMENTO EM AES, VANGUARD F.C. INST. TOTAL INTL STOCK M. INDEX TRUST II, VANGUARD TOTAL WORLD STOCK INDEX FUND, A SERIES OF, ISHARES MSCI BRAZIL SMALL CAP ETF, FIRST TRUST INDXX GLOBAL AGRICULTURE ETF, VANGUARD TOTAL INTERNATIONAL STOCK INDEX FD, A SE VAN S F, VANGUARD EMERGING MARKETS STOCK INDEX FUND, ROGER MARCELO SIMONATO DE CARVALHO, VANGUARD INVESTMENT SERIES PLC / VANGUARD ESG EMER, VANECK VECTORS BRAZIL SMALL-CAP ETF, CARLOS HENRIQUE RUFINO DOS SANTOS, TORK MASTER FIA, TORK PREV FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES FIFE, ADRIANO GEAN MICHELUZZI, RICARDO DONIZETI DE TOLEDO, ALD Participações Ltda., Boaventura Participações Ltda., Ceileiro Participações Ltda., Dumtag Participações Ltda., Eduardo Augusto Pereira de Menezes Filho, JM Participações Ltda., João Marcelo Dumonceil, Kduh Participações Ltda., Luiz Osório Dumonceil, Marcia Beatriz Dumonceil Hoff, Rosalva Luisa Dumonceil Tagliari, Marina Margarida Dumonceil Martins, TORK LONG ONLY ITAU PREV FIFE FIF EM AÇÕES RESPONSABILIDADE LIMITADA, EQUITAS GLOBAL VISION MASTER FIF EM AÇÕES - RESPONSABILIDADE LIMITADA, EQUITAS HIGH CONVICTIONS FIF EM AÇÕES - RESPONSABILIDADE LIMITADA, EQUITAS PREV MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, EQUITAS SELECTION INSTITUCIONAL MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES, EQUITAS MASTER SELECTION FIF DE AÇÕES - RESPONSABILIDADE LIMITADA, THOMAS MAGNO DE JESUS SILVEIRA, JOSIVALDO JOSE DOS ANJOS, MSCI EMERGING MARKETS EX CHINA IMI INDEX FUND, ACACIA PARTNERS, LP, THE UNITED NATIONS JOINTS STAFF PENSION FUND, CARLOS FONSECA AVILA, THRIFT SAVINGS PLAN, WATER AND POWER EMPLOYEES RETIREMENT PLAN, MARCIO AUGUSTO QUARINI, STATE STREET GLOBAL ALL-CAP EQUITY EX-US INDEX PORTFOLIO, AMERICAN CENTURY ETF, JUST INVEST EXCELÊNCIA SOCIAL AÇÕES FUNDO DE INVESTIMENTO SUSTENTÁVEL, C. AMER. ENTREVISTA, AVANTIS EMERGING MARK, MAURO RIBEIRO, NAT WEST BK PLC AS TR OF ST JAMES PL GL SMALL CAP UNIT FUND, HENRIQUE DOS SANTOS DELABARY, STATE ST GLADV TRUST COMPANY INV FF TAX EX RET PLANS, CICERO JEFFERSON LIMA LEITE, ISHARES II PUBLIC LIMITED COMPANY, ARISTEU FOGACA DOS SANTOS, THIAGO DE FREITAS SOUZA, VITORIALVES DOS SANTOS, CC&L U.S. Q MARKET NEUTRAL ONSHORE FUND II, DIMENSIONAL EMERGING CORE EQUITY MARKET ETF OF DIM, ISHARES PUBLIC LIMITED COMPANY, AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK, ANTONIO DA SILVA FERRO, LAERT NASCIMENTO ARAUJO, SSGA SPDR ETFs EUROPE I PLC, COLLEGE RETIREMENT EQUITIES FUND, TEXAS MUNICIPAL RETIREMENT SYSTEM, FAMA MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES, MARIA REGINA MASCARENHAS, VANESSA CAROLINA DE SA, CALIFORNIA STATE TEACHERS RETIREMENT SYSTEM, FIRST TRUST EMERGING MARKETS SMALL CAP ALPHADEX FUND, FLAVIO MOREIRA DA SILVA, THE REGENTS OF THE UNIVERSITY OF CALIFORNIA, TEACHER RETIREMENT SYSTEM OF TEXAS, JOSENILTON FEITOSA DE SOUZA, ANTONIO CARLOS DA SILVA, HSBC ETFs PLC H MSCI E M S C ESG U ETF BC BNP PARIBAS BR SA, JONAS RODRIGUES DA ROCHA, STATE OF ALASKA RETIREMENT AND BENEFITS PLANS, EMERGING MARKETS SMALL CAPITALIZATION EQUITY INDEX FUND B, ANTONIO CESAR DE OLIVEIRA CRUZ, MARCELO DEL FAVERO, TORK EQUITY HEDGE FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO EM AÇÕES, ACACIA CONSERVATION FUND, LP, CARLOS EDUARDO SAMPAIO, TORK LONG ONLY INSTITUCIONAL MASTER FIA, CC&L Q EMERGING MARKETS EQUITY FUND, ADELINO GUSSONI DOS SANTOS, ISHARES CORE MSCI EMERGING MARKETS IMI INDEX ETF, CARLOS MICHELL SOCAHEWSKY, UTAH STATE RETIREMENT SYSTEMS, NIEMEYER VICENTE DI SILVA, ALEXANDRE DE ANDRADE FREITAS, STICHTING BLUE SKY ACT EQ EM MK GL FUND, STATE OF NEW MEXICO STATE INV. COL. LUL, JOAO VITOR MORETO FERNANDES, RONALD MARTIN RALTER JUNIOR, MARCIO VIRGILIO DE FARIA, ALEX OWALSKI, VANGUARD INV FUNDS ICVC-VANGUARD FTSE GLOBAL ALL CAP INDEX F, CELSO KATSUMI KONDO, ALASKA PERMANENT FUND, ARROWSTREET EMERGING MARKET ALPHA EXTENSION TRUST, CRISTIANO ALTMANN, ISHARES IV PUBLIC LIMITED COMPANY, EDUARDO DE SOUSA LIMA, OSVALDO CLEVES DA SILVA CARMO, FLEXSHARES MORNINGSTAR EMERGING MARKETS FACTOR TILT INDEX F, VICTORY EMERGING MARKETS FUND, ISHARES MSCI GLOBAL AGRICULTURE PRODUCERS ETF, WELLINGTON FERREIRA BRAZ, ISHARES MSCI EMERGING MARKETS SMALL CAP ETF, ALEXANDRE JOSE CONSELVAN, ANTONIO ALEXANDRE VASQUES PIRES, FLAVIO GONCALVES SILVA, CC AND L Q 140-40 FUND, LEONEL RODRIGUES LAZOUWNIK, ARROWSTREET EMERGING MARKET ALPHA EXTENSION TRUST, DIEISON GULARTE BASTOS, NORTHERN TRUST COMMON ALL COUNTRY WORLD EX-US INVESTABLE MAR, RODRIGO VIANA DE OLIVA, ACACIA INSTITUCIONAL PARTNERS, LP, EMERGING MARKETS SMALL CAPITALIZATION EQUITY INDEX FUND, THRIFT SAVINGS PLAN, JOSIANO EDUARDO GEHRING SALAMONI, SPARTAN GROUP TRUST FOR EMPLOYEE BENEFIT PLANS: SP, POLICE AND FIREMEN'S RETIREMENT SYSTEM OF NEW JERS, MIGUEL ANTONIO MARCON, WILMAR KLEEMANN, ACACIA II PARTNERS, LP, TORK LONG ONLY MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, EMERGING MARKETS SMALL CAPIT EQUITY INDEX NON-LENDABLE FUND, ANDRE MARINO KULLER, LEGAL & GENERAL COLLECTIVE INVESTMENT TRUST, ST MSCI EMERGING MKT SMALL C NON LENDING COMMON TRT FUND, ALEXANDRE NAKAGAWA, VANGUARD FUNDS PLC / VANGUARD ESG GLOBAL ALL CAP U, JOAO PAULO FERNANDES TEIXEIRA, CHANG HWA CO BANK, LTD IN ITS C AS M CUST OF N B FUND, EMER MKTS CORE EQ PORT DFA INVEST DIMENS GROU, SSGACT I, F, F, T, E, R, P, S, S, M, E, M, S, C, I, S, L, F., DANIEL ALVES MOTA, NORTHERN TRUST COLLECTIVE EAFE SMALL CAP INDX FUND, LEND, DIMAS CEZAR RONQUINI, BEATRIZ SILVA MACHADO, DIRCEU CORTINHOVE, CELSO HENRIQUE DE CARVALHO LOPES, SPDR PORTFOLIO MSCI GLOBAL STOCK MARKET ETF, ANDRE MIRANDA REPOLHO, PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM OF OHIO, VANGUARD FUNDS PLC / VANGUARD ESG EMERGING MARKETS, TORK EQUITY HEDGE PLUS FIF AÇÕES, SPDR SP EMERGING MARKETS SMALL CAP ETF, CALIFORNIA PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM, VANGUARD FIDUCIARY TRT COMPANY INSTIT T INTL STK MKT INDEX T, VANGUARD ESG INTERNATIONAL. **A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.** Santa Bárbara do Sul/RS, 27 de junho de 2025. **Luciana Toderio Perin** - Presidente. **Rodolfo Constantino Tella** - Secretário.

ANEXO I. MAPA DE VOTAÇÃO			
Matérias da Ordem do Dia da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de junho de 2025.			
Código da Deliberação	Descrição da Deliberação em Assembleia Geral Extraordinária	Voto Deliberação	Quantidade de Ações % do Capital Social
a.	Aprovar a alteração: (i) dos arts. 21 e 23 do Estatuto Social da Companhia, para a criação do cargo de Diretor Vice-Presidente Executivo e a definição de suas atribuições; (ii) do art. 2º do Estatuto Social da Companhia, para permitir que sejam abertas filiais da Companhia por decisão do Diretor Vice-Presidente Executivo; e (iii) dos arts. 26 e 27 do Estatuto Social da Companhia para alterar a forma de representação da Companhia perante terceiros, em razão da criação do cargo de Diretor Vice-Presidente Executivo.	Aprovar	413.992.081 82,93%
		Rejeitar	1.646 0,00%
		Abster-se	4.016 0,00%
b.	Aprovar a alteração do art. 3º do Estatuto Social da Companhia, para inclusão dos seguintes subitens ao objeto social: “(xi) aplicação de insumos com drones (0161-0/99); (xii) serviço de pulverização de lavouras (0161-0/01); (xlii) atividade de reflorestamento (0210-1/07); (xliii) serviços de preparação de terreno, cultivo, colheita, plantio de mudas e lavouras (0161-0/03); e (xlv) atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários (7490-1/04)”.	Aprovar	413.995.192 82,93%
		Rejeitar	6 0,00%
		Abster-se	2.545 0,00%
c.	Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, de modo a refletir as alterações propostas nos itens (a) e (b) acima.	Aprovar	413.994.258 82,93%
		Rejeitar	140 0,00%
		Abster-se	3.345 0,00%

Santa Bárbara do Sul/RS, 27 de junho de 2025.

ANEXO I. ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA. ESTATUTO SOCIAL. CAPÍTULO I. DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO DA COMPANHIA. Artigo 1. A **Três Tentos Agroindustrial S/A** (“Companhia”) é uma sociedade por ações que se rege pelo presente Estatuto Social, pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”) e pelas demais leis e regulamentos que lhe forem aplicáveis. **Parágrafo 1º** - Com o ingresso da Companhia no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“Novo Mercado” e “B3”, respectivamente), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores; membros do Conselho de Administração e da Diretoria (“Administradores”); e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado (“Regulamento do Novo Mercado”). **Parágrafo 2º** - As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto Social. **Artigo 2.** A Companhia tem sua sede e foro na Cidade de Santa Bárbara do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Principal, nº 187, no Distrito Industrial, CEP 98240-000, podendo, mediante decisão do Diretor Presidente, do Vice-Presidente Executivo ou do Diretor Vice-Presidente de Operações, abrir, transferir e/ou encerrar filiais de qualquer espécie, em qualquer parte do território nacional ou exterior. **Artigo 3.** A Companhia tem por objeto social: (i) comércio de atacadista de cereais e leguminosas beneficiados (4632-0/01); (ii) cultivo de milho (0111-3/02); (iii) cultivo de trigo (0111-3/03); (iv) cultivo de outros cereais (0111-3/99); (v) cultivo de soja (0115-6/00); (vi) produção de sementes certificadas, exceto de forrageiras para pasto (01.41-5/01); (vii) atividades de pós-colheitas, incluindo os serviços de limpeza, lavagem, classificação, desinsecção, armazenamento, beneficiamento, tratamento, fracionamento, acondicionamento e reembalagem de sementes e cereais (01.63-6/00); (viii) fabricação de óleos vegetais em bruto, exceto óleo de milho (1041-4/00); (ix) fabricação de alimentos para animais (1066-0/00); (x) moagem e fabricação de produtos de origem vegetal (1069-4/00); (xi) fabricação de Biodiesel à base de óleo de soja, outros grãos e a base de gordura animal (1932-2/00); (xii) fabricação de adubos e fertilizantes, exceto organo-minerais (2013-4/02); (xiii) manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para agricultura e pecuária (3314-7/11); (xiv) representantes comerciais e agentes do comércio de cereais beneficiados (4611-6/00); (xv) comércio atacadista de farinhas, amidos e féculas (4632-0/02); (xvi) comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados, farinhas, amidos e féculas, com atividade de fracionamento e acondicionamento associado (4632-0/03); (xvii) comércio atacadista de óleos e gorduras (4637-1/03); (xviii) comercialização de máquinas, implementos agrícolas, peças e acessórios (4661-3/00); (xix) comércio atacadista de combustíveis realizado por transportador retalhista (T.R.R.); (xx) comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos no solo (46.83-4/00); (xxi) transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipais, interestadual e internacional (49.30-2/02); (xxii) transporte rodoviário de produtos perigosos (49.30-2/03); (xxiii) armazéns gerais - emissão de warrant (52.11-7/01); (xxiv) armazenagem de produtos agropecuários por conta de terceiros (5211-7/99); (xxv) participação em outras sociedades (6462-0/00); (xxvi) locação de bens imóveis (6810-2/02); (xxvii) atividade de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica (7020-4/01); (xxviii) testes e análises técnicas (71.20-1/00); (xxix) pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais (7210-0/00); (xxx) serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias (74.90-1/03); (xxxi) comércio atacadista de sementes, flores plântas e gramíneas (4623-1/06); (xxxii) produção e comercialização de energia elétrica e seus derivados decorrentes de cogeração (3511-5/01 e 3513-1/00); (xxxiii) atividade etanol (1931-4/00); (xxxiv) treinamento e desenvolvimento profissional e gerencial (8599/6-04); (xxxv) emissão de certificados digitais (6319/4-00); (xxxvi) serviços de cartografia, topografia e geodésia (7119-7/01); (xxxvii) cultivo de oleaginosas de lavoura temporária não especificada anteriormente (0116-4/99); (xxxviii) produção e distribuição de vapor, água quente e ar condicionado (3530-1/00); (xxxix) fabricação de óleo em bruto de milho (1065-1/02); (xl) aplicação de insumos com drones (0161-0/99); (xli) serviço de pulverização de lavouras (0161-0/01); (xlii) atividade de reflorestamento (0210-1/07); (xliii) serviços de preparação de terreno, cultivo, colheita, plantio de mudas e lavouras (0161-0/03); e (xlv) atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários (7490-1/04). **Parágrafo Único** - O desenvolvimento das atividades relacionadas ao objeto social da Companhia deverá considerar: (i) os interesses de curto e longo prazo da Companhia e de seus acionistas; e (ii) os efeitos econômicos, sociais, ambientais e jurídicos, de curto e longo prazo, em relação aos empregados ativos, fornecedores, consumidores e demais credores da Companhia e de suas subsidiárias, como também em relação à comunidade em que ela atua local e globalmente. **Artigo 4.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **CAPÍTULO II. DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES. Artigo 5.** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$1.565.586.775,75 (um bilhão, quinhentos e sessenta e cinco milhões, quinhentos e oitenta e seis mil, setecentos e setenta e cinco reais e setenta e cinco centavos), dividido em 498.297.647 (quatrocentos e noventa e oito milhões, duzentas e noventa e sete mil, seiscentas e quarenta e sete) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo 1º** - É vedada a emissão pela Companhia de ações preferenciais ou partes beneficiárias. **Parágrafo 2º** - O capital social será representado exclusivamente por ações ordinárias e a cada ação ordinária corresponderá o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Parágrafo 3º** - Todas as ações da Companhia são escriturais e mantidas em conta de depósito, em nome de seus titulares, em instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com quem a Companhia mantém contrato de custódia em vigor, sem emissão de certificados. A instituição depositária poderá cobrar dos acionistas o custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais, conforme venha a ser definido no respectivo contrato, observados os limites máximos fixados pela CVM, nos termos do parágrafo 3º do artigo 35, da Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo 4º** - A emissão de novas ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, dentro do capital autorizado, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos dos artigos 257 a 263 da Lei das Sociedades por Ações, poderá ser realizada sem direito de preferência para os antigos acionistas ou com a redução do prazo mínimo previsto em lei para o seu exercício, observado o disposto no Artigo 6, parágrafo 3º abaixo. **Artigo 6.** A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais), por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária. **Parágrafo 1º** - O aumento do capital social, dentro de seu capital autorizado, será realizado mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e condições de integralização. Ocorrendo subscrição com integralização em bens, a competência para o aumento de capital será da Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal, caso instalado. **Parágrafo 2º** - Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá, ainda: (i) deliberar sobre a emissão de ações e de bônus de subscrição; (ii) de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar programa de concessão de ações e/ou programa de opção de compra de ações a Administradores e empregados da Companhia ou de sociedade sob seu controle, direto ou indireto, ou a pessoas físicas ou jurídicas que prestem serviços, sem que os acionistas tenham direito de preferência na outorga ou subscrição destas ações; (iii) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação em ações; e (iv) deliberar sobre a emissão de debêntures conversíveis em ações. **Parágrafo 3º** - Conforme previsto no Artigo 5, parágrafo 4º acima, o Conselho de Administração poderá excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo para exercício desse direito pelos acionistas nos aumentos de capital mediante subscrição de ações, de debêntures conversíveis em ações e de bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado, desde que a colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações, em oferta pública para aquisição de controle, nos termos do artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 7.** A mora do acionista na integralização do capital subscrito importará a cobrança de juros de 1% (um por cento) ao mês, atualização monetária com base no IGP-M, na menor periodicidade legalmente aplicável, e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação, sem prejuízo das demais sanções legais aplicáveis. **Artigo 8.** A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir as próprias ações para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, até o montante do saldo de lucro e de reservas, exceto a reserva legal, sem diminuição do capital social, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis. **CAPÍTULO III. DA ADMINISTRAÇÃO. Seção I - Disposições Gerais. Artigo 9.** A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, de acordo com as atribuições e os poderes conferidos pelo presente Estatuto Social e pela legislação e regulamentação aplicáveis. **Parágrafo 1º** - Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa. **Parágrafo 2º** - O disposto no Parágrafo 1º deste Artigo 9 não se aplicará na hipótese de vacância, desde que a acumulação de cargos mencionada no Parágrafo 1º acima e as respectivas providências sejam devidamente divulgadas na forma do Regulamento do Novo Mercado e cesse no prazo de até 1 (um) ano. **Parágrafo 3º** - Os Administradores serão invidiáveis em seus respectivos cargos mediante assessoria de termo de posse lavrado em livro próprio, observado o disposto no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis, e permanecerão em seus cargos até a investidura dos novos Administradores eleitos. **Parágrafo 4º** - Os Administradores da Companhia deverão aderir aos regimes internos e políticas vigentes da Companhia, mediante assinatura do respectivo termo de adesão, conforme aplicável. **Parágrafo 5º** - Os Administradores, que poderão ser destituídos a qualquer tempo, permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos, salvo se diversamente deliberado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso. Caso o substituto venha a ser investido, este completará o mandato do Administrador substituído. **Parágrafo 6º** - O termo de posse de que trata o Parágrafo 3º acima deverá contemplar, necessariamente, a sujeição do Administrador eleito à cláusula compromissória prevista no Artigo 48 deste Estatuto Social. **Parágrafo 7º** - No desempenho de suas funções, os Administradores deverão considerar o melhor interesse da Companhia, incluindo os interesses, as expectativas e os efeitos de curto e longo prazos de seus atos sobre os seguintes atores relacionados à Companhia e suas subsidiárias: (i) os acionistas; (ii) os empregados ativos; (iii) os fornecedores, consumidores e demais credores; e (iv) a comunidade e o meio ambiente local e global. **Seção II - Conselho de Administração. Subseção I - Composição. Artigo 10.** O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 4 (quatro) e, no máximo, 9 (nove) membros, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos (“Conselheiros”). **Parágrafo 1º** - Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser Conselheiros Independentes, devendo o enquadramento dos indicados ao Conselho de Administração como Conselheiros Independentes ser deliberado na Assembleia Geral que os eleger. **Parágrafo 2º** - Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no Parágrafo 1º acima, o resultado gerar um número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior. **Parágrafo 3º** - Para fins deste Estatuto Social, entende-se por “Conselheiros Independentes” aqueles que atendam aos critérios de independência estabelecidos no quadro anexo ao Regulamento do Novo Mercado, bem como, enquanto a Companhia possuir acionista controlador, aqueles eleitos mediante as faculdades previstas nos parágrafos 4º e 5º do artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo 4º** - Homagem aos Fundadores. Em razão da relevante contribuição, dedicação, trabalho árduo e paixão pelo agronegócio dos fundadores Sr. João Osório Dumonceil e Sra. Clélia Dumonceil, que desde 1954 contribuem para trilhar o caminho de sucesso e fortalecer a cultura da Companhia, a Companhia os nomeará “Conselheiros Beneméritos”, com função honorífica, vitalícia e personalíssima, não tendo caráter administrativo, de assessoria ou técnico. Os Conselheiros Beneméritos poderão participar das reuniões do Conselho de Administração da Companhia, não possuindo direito de voto e não podendo ser substituídos em suas ausências. Os Conselheiros Beneméritos não serão computados para os fins do caput do Artigo 10 e de seu Parágrafo 1º acima. **Subseção II - Eleição. Artigo 11.** Ressalvado o disposto no Artigo 12, a eleição dos membros do Conselho de Administração será realizada pelo sistema de chapas. **Parágrafo 1º** - Na eleição de que trata este Artigo 11, somente poderão concorrer as chapas: (i) indicadas pelo Conselho de Administração; ou (ii) indicadas por qualquer acionista ou conjunto de acionistas, na forma prevista no Parágrafo 3º deste Artigo 11. **Parágrafo 2º** - O Conselho de Administração deverá, na data da convocação da Assembleia Geral destinada a eleger os membros do Conselho de Administração (ou em data anterior, caso assim requerido pela legislação aplicável), disponibilizar na sede da Companhia declaração assinada por cada um dos integrantes da chapa por ela indicada, contendo: (i) sua qualificação completa, com indicação de pelo menos um domicílio no qual o Administrador receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de gestão; (ii) descrição completa de sua experiência profissional, mencionando as atividades profissionais anteriormente desempenhadas, a principal atividade profissional que exerce no momento e, se for o caso, os cargos ocupados em conselhos de administração, fiscal ou consultivo em outras companhias, bem como escolaridade e qualificações profissionais e acadêmicas; (iii) declaração de que não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no parágrafo 1º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações, (iv) informações sobre processos disciplinares e judiciais transitados em julgado em que tenha sido condenado, incluindo declaração de que não está condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que o torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no parágrafo 2º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações; (v) declaração de que atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo parágrafo 3º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações; (vi) declaração de que não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do parágrafo 3º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações, ou, na sua impossibilidade, informações detalhadas sobre as razões que impedem tal declaração; e (vii) confirmação do cumprimento dos requisitos definidos no Regulamento do Novo Mercado, especialmente o candidato indicado ao cargo de Conselheiro Independente. **Parágrafo 3º** - Os acionistas ou conjunto de acionistas que desejarem propor outra chapa para concorrer aos cargos no Conselho de Administração deverão, juntamente com a proposta de chapa, a ser apresentada nos termos da regulamentação vigente, encaminhar ao Conselho de Administração: (i) declarações assinadas individualmente pelos candidatos por eles indicados, contendo as informações mencionadas no Parágrafo 2º acima, devendo a divulgação observar os termos da regulamentação vigente; ou alternativamente (ii) declarar que obtiveram do indicado a informação de que está em condições de firmar tal declaração, indicando as eventuais ressalvas. **Parágrafo 4º** - A mesma pessoa poderá integrar duas ou mais chapas, inclusive aquela indicada pelo Conselho de Administração. **Parágrafo 5º** - Cada acionista somente poderá votar em uma chapa e os votos serão computados com observância do Parágrafo 2º do Artigo 5º deste Estatuto Social, sendo declarados eleitos os candidatos da chapa que receber maior número de votos na Assembleia Geral. **Parágrafo 6º** - Sempre que forem indicados candidatos de forma individual, a votação não se dará pelo sistema de chapas e ocorrerá na forma de votação individual de candidatos, observado, para fins de indicação, o percentual mínimo do capital social aplicável nos termos da legislação e da regulamen-
continua >>>